

UM BALANÇO DA UNASUL NO LUSCO-FUSCO DA ATUAL FASE DO REGIONALISMO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA EM RUÍNAS

Claudete de Castro Silva Vitte¹

Resumo: Estudar as organizações regionais latino-americanas e caribenhas, observando peculiaridades e similaridades, nos auxilia a calibrar a compreensão do contexto geopolítico e geoeconômico, o alcance dessa integração regional, seus logros e malogros. Este trabalho constitui-se em um esforço de síntese e análise, um trabalho de revisão e atualização sobre a organização regional Unasul, criada em 2008. O estudo envolveu um levantamento e revisão teórico-bibliográfica e histórico-analítica acerca do tema Unasul e do regionalismo latino-americano e caribenho, no qual se buscou interpretações novas ou complementares, com adoção de dados e informações de fontes secundárias. O artigo está dividido em cinco partes. A primeira parte tratou sobre o Regionalismo Latino-Americano e caribenho e o discurso do desenvolvimento: antecedentes, contexto geoeconômico e as principais etapas da integração regional nos séculos XX e XXI. Na segunda seção foi discutida a União das Nações Sul-Americanas (Unasul): seu surgimento, objetivos e temas relevantes de sua agenda. Na terceira parte foi analisada a busca da afirmação de um papel político e algumas controvérsias na institucionalidade da Unasul; seguida de uma quarta parte na qual foram feitas breves notas sobre o papel do Brasil na Unasul e na quinta e última parte discutimos o colapso da Unasul e a criação do Prosul, finalizando com as nossas considerações finais. Esperamos contribuir no entendimento sobre processos de integração regional latino-americanos e caribenhos, a partir do caso unasulino, bem como do contexto geopolítico e geoeconômico do final do século XX e XXI.

Palavras-chave: Unasul, regionalismo latino-americano e caribenho, integração regional; crise.

REVISITING A RUINED EXPERIENCE: A REVIEW OF UNASUR IN THE TWILIGHT OF THE CURRENT PHASE OF LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN REGIONALISM

Abstract: To study Latin American and Caribbean regional organizations, observing peculiarities and and similarities, helps us to calibrate the understanding of the geopolitical and geoeconomic context regional integration, its successes and failures. This work constitutes an effort at

¹ Professora Associada I do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Pesquisadora CNPq. E-mail: claudete@unicamp.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0826-1438>.

synthesis and analysis, a review and update on the regional organization Unasur, created in 2008. The study involved a theoretical-bibliographic and historical-analytical survey and review on the topic of Unasur and on Latin American and Caribbean regionalism, in which new or complementary interpretations were sought, with the adoption of data and information from secondary sources. The article is divided in five five parts. The first part dealt with Latin American and Caribbean Regionalism and the discourse of development: antecedents, geoeconomic context and the main stages of regional integration in the 20th and 21st centuries. In the second section, the Union of South American Nations (Unasur) was discussed: its emergence, objectives and relevant topics of its agenda. In the third part, the construction of a political role by Unasur and some controversies in its institutionality were analyzed; followed by a fourth part in which brief notes were made on Brazil's role in Unasur and in the fifth and last part we discussed the collapse of Unasur and the creation of Prosul, ending with our final remarks. I hope to contribute to the understanding of Latin American and Caribbean regional integration processes, from the unasulino case, as well as the geopolitical and geoeconomic context of the late 20th and 21st centuries.

Keywords: Unasur, Latin American and Caribbean regionalism, regional integration; crisis.

REVISANDO UNA EXPERIENCIA ARRUIINADA: UNA REVISIÓN DE UNASUR EN EL OCASO DE LA FASE ACTUAL DEL REGIONALISMO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Resumen: Estudiar las organizaciones regionales latinoamericanas y caribeñas, observando peculiaridades y similitudes, nos ayuda a calibrar nuestra comprensión del contexto geopolítico y geoeconómico, el alcance de esta integración regional, sus logros y fracasos. Este trabajo constituye un esfuerzo de síntesis y análisis, una revisión y actualización de la organización regional Unasur, creada en 2008. El estudio consistió en un encuesta y una revisión teórica, bibliográfica e histórico-analítica de Unasur y del regionalismo latinoamericano y caribeño, en el que se buscaran interpretaciones nuevas o complementarias, con la adopción de datos e información de fuentes secundarias. El artículo se divide en cinco partes. La primera parte trata del regionalismo latinoamericano y caribeño y del discurso del desarrollo: antecedentes, contexto geoeconómico y principales etapas de la integración regional en los siglos XX y XXI. En la segunda sección, se abordó la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur): su surgimiento, objetivos y temas relevantes de su agenda. En la tercera sección se analizó la

búsqueda de la afirmación de un rol político y algunas controversias en la institucionalidad de Unasur; seguida de una cuarta sección en la que se hicieron breves apuntes sobre el rol de Brasil en Unasur y en la quinta y última sección se discutió el colapso de Unasur y la creación de Prosur, finalizando con nuestras consideraciones finales. Esperamos contribuir a la comprensión de los procesos de integración regional latinoamericana y caribeña, a partir del caso de Unasur, así como del contexto geopolítico y geoeconómico de finales del siglo XX y del siglo XXI.

Palabras clave: Unasur, regionalismo latinoamericano y caribeño, integración regional; crisis.

Introdução

A integração regional latino-americana e caribenha vem sendo bastante discutida especialmente desde a década de 1990 por diversos estudiosos. De forma retrospectiva, é visível que nas duas primeiras décadas do século XXI a Unasul (União das Nações Sul-Americanas) enquanto tema, juntamente com outras experiências de integração regional, teve certo protagonismo nos estudos desta região multiestatal².

No percurso de nossa vida acadêmica, ao menos desde 2002, vimos pesquisando uma modalidade específica da integração regional da sub-região América do Sul, a integração regional da infraestrutura produtiva, que, após 2008, com a institucionalização da Unasul, passou a ser tema de uns de seus comitês e daí nossa agenda de pesquisa recorrentemente tem se debruçado sobre esta experiência de integração, desde sua ascensão até o seu colapso por volta de 2019³.

² Tomando a palavra Unasul como referência, em breve análise na plataforma *Google Acadêmico*, observa-se o ano de 2016 como aquele de maior número de artigos que tinham Unasul como uma palavra-chave: 1090 referências; com números decrescentes em anos anteriores a este e em anos mais recentes temos: 2017 = 1020; 2018 = 995; 2019 = 879; 2020 = 731; 2021 = 713; 2022 = 296, uma amostra de perda de relevância, certamente ocasionada pela paralisação mais efetiva da Organização em 2019. Pode-se considerar, a tomar 2022 (ano que ainda não estava finalizado), como uma produção acadêmica ainda importante, de forma que o título deste artigo é um mecanismo retórico para chamar a atenção da relativa perda de importância do tema ao longo dos anos (Pesquisa em 21/09/2022).

³ Em 2021, por ocasião da nossa submissão ao concurso de Livre, como um dos requisitos das provas, fizemos uma reflexão sobre a nossa produção acadêmica pretérita e isso possibilitou que revisitássemos o tema da integração regional latino-americana e caribenha como um dos eixos temáticos de nossa pesquisa, de fato, uma parte mais restrita dela, porém fortemente vinculada, como já apontado, à integração regional da infraestrutura produtiva, concretizada na experiência da IIRSA (Iniciativa para a

Este artigo é uma revisitação às nossas reflexões passadas sobre a Unasul, que se deram fortemente apoiadas em uma gama de competentes autores e pesquisadores, especialmente latino-americanos e caribenhos, mas também de outras origens, que nos ajudaram a consolidar uma visão sobre a experiência de regionalismo própria do século XXI, de forma que se trata, portanto, de retomar e reafirmar o débito acadêmico com esses autores, de acrescentar novas referências e, com isso, buscar sedimentar nosso pensamento sobre a experiência da Unasul. Na nossa produção acadêmica que envolve o tema Unasul, apontamos especialmente três artigos que revisitamos e que são geradores de boa parte da reflexão aqui contida (VITTE, 2013; VITTE, 2018 e VITTE, 2019).

Consideramos o tema em questão importante, especialmente no contexto conjuntural de sua escrita, já que depois de anos de questionamentos sobre a Unasul, bem como do regionalismo vigente na região, estava em curso o processo eleitoral para presidente do Brasil, um importante ator regional e o resultado das eleições nacionais poderia influenciar a reativação desta organização nas mesmas bases existentes por ocasião de seu colapso anos antes, ou vir a ser restaurada em outras bases, ou ser decretada as exéquias pelo seu fim.

Estudar as organizações regionais latino-americanas e caribenhas, observando peculiaridades e similaridades, nos auxilia a calibrar a compreensão do contexto geopolítico e geoeconômico, o alcance dessa integração regional, seus logros e malogros. Assim, este percurso temático foi uma consequência quase natural da pesquisa sobre a integração regional da infraestrutura produtiva, ainda que tenha sido um processo trabalhoso porque a variedade de esquemas regionais é grande na nossa região. Este trabalho constitui-se em um esforço de síntese e análise, de fato, um trabalho de revisão e atualização, de preenchimento de lacunas que só foi possível *a posteriori*.

Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e posteriormente do Cosiplan (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento) da Unasul.

VITTE, *Revisitando uma experiência em ruínas: um balanço da Unasul no lusco-fusco da atual fase do regionalismo latino-americano e caribenho*
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.402

Os principais procedimentos metodológicos deste trabalho envolveram, fundamentalmente, levantamento e revisão teórico-bibliográfica e histórico-analítica acerca do tema Unasul e do regionalismo latino-americano e caribenho, pauta da agenda de pesquisa da Geografia das relações internacionais e da Geografia Regional da América Latina e Caribe, com o exame de materiais de naturezas diversas, entre os quais se buscou interpretações novas ou complementares, com adoção de dados e informações de fontes secundárias.

O artigo está dividido em cinco partes. A primeira parte tratou sobre o Regionalismo Latino-Americano e caribenho e o discurso do desenvolvimento: antecedentes, contexto geoeconômico e as principais etapas da integração regional nos séculos XX e XXI. Na segunda seção foi discutida a União das Nações Sul-Americanas (Unasul): seu surgimento, objetivos e temas relevantes de sua agenda. Na terceira parte foi analisada a busca da afirmação de um papel político e algumas controvérsias na institucionalidade da Unasul; seguida de uma quarta parte na qual foram feitas breves notas sobre o papel do Brasil na Unasul e na quinta e última parte discutimos o colapso da Unasul e a criação do Prosul, finalizando com as nossas considerações finais.

Esperamos contribuir no entendimento sobre processos de integração regional latino-americanos e caribenhos, a partir do caso unasulino, bem como do contexto geopolítico e geoeconômico do final do século XX e do século XXI, a fim de compreendermos parte de nossas dificuldades e auxiliar na discussão sobre o futuro em novas bases, com maior justiça, menor desigualdade, com valorização da diversidade e da democracia, valores caros às sociedades latino-americanas e caribenhas.

O Regionalismo Latino-Americano e caribenho e o discurso do desenvolvimento: antecedentes, contexto geoeconômico e as principais etapas da integração regional nos séculos XX e XXI

As organizações regionais e multilaterais possibilitam a definição de *novos espaços* políticos e econômicos, e são condicionadas pelas relações internacionais e pelas Políticas Externas dos países no sistema internacional.

Essas organizações em seu processo histórico de institucionalização articulam diversas escalas ou âmbito de atuação: as universais ou mundiais, as hemisféricas ou continentais, as regionais multiestatais, as sub-regionais, as unidades nacionais e seus recortes espaciais intranacionais, em uma interação política que resulta em uma governança multiescalar.

Inicialmente cabe definir, fundamentando-se em teorias de integração regional das Relações Internacionais, *regionalismo* e *regionalização*. Baseando-nos em Peter Birle (2018), o *regionalismo* é entendido como “un proceso liderado principalmente por los Estados y sus gobiernos para construir y sostener instituciones y organizaciones regionales formales”, enquanto *regionalização* se refere “a procesos que llevan al aumento de las interacciones económicas, políticas, sociales o culturales entre estados y sociedades geográficamente o culturalmente contiguos”. Peter Birle (2018) nota que a “regionalización se refiere sobre todo a actividades transnacionales de abajo hacia arriba de actores no estatales como grupos de interés, movimientos sociales, empresas y organizaciones no gubernamentales. Sendo assim, “la combinación específica de características de regionalización y regionalismo se conoce como ‘orden regional’” (BIRLE, 2018).

Para Rafael Cesar Ilha Pinto (2014), em todo o globo, como também na América Latina e Caribe, a partir dos anos 1950 ocorreu diferentes experiências de regionalismo, desde de zonas de livre comércio até uniões comerciais e políticas, caso da União Europeia. Este autor (PINTO, 2014) considera que o regionalismo passou ao longo dos anos por várias reconfigurações, mudanças de perfil e finalidade. Assim, no nosso subcontinente, “o regionalismo das décadas de 1950 até meados da década de 1980 carreg[ou] consigo um forte componente de unidade não só comercial como também política” (PINTO, 2014). Desta forma, é possível diferenciar

um tipo de regionalismo com maior preponderância comercial, de um regionalismo com perspectivas de unidade também política. Essa diferenciação não se dá só pelo tempo, mas também por de onde partem as principais propostas regionalistas: por um lado o processo histórico de regionalização europeu que aposta na coordenação política e econômica em fóruns supranacionais, por outro, a proposta comercialista norte-americana, que aposta na competitividade, na abertura linear e na autorregulação dos mercados como meio de desenvolvimento e equilíbrio entre os países (PINTO, 2014).

Sob perspectiva histórica da integração regional latino-americana e caribenha, Stefano Palestini (2017) lembra que desde o final da 2ª Guerra Mundial, especialmente nos anos 1960, “los Gobiernos en diversas regiones del globo han visto en la asociación y cooperación con los países vecinos un camino posible para mejorar las condiciones económicas y sociales de sus propios pueblos” (PALESTINI, 2017). Assim, sempre foi forte a correlação entre integração regional e desenvolvimento, tal como o autor assevera e que consideramos também muito importante:

se puede decir, por tanto, que *regionalismo y desarrollo* —en tanto componentes del discurso de la modernidad— han estado históricamente vinculados, aunque las formas específicas de dicho vínculo han experimentado transformaciones de la mano del cambio en las estructuras de poder y del cambio en las ideas acerca de cuáles son los fines deseables del desarrollo y cuáles los medios para alcanzarlo (PALESTINI, 2017, sem grifo no original).

Sendo assim, respondendo ao contexto internacional, ao *establishment* acadêmico e de *policy makers*, à luz de seu tempo, o regionalismo latino-americano e caribenho passou por fases, nas quais as intencionalidades variaram entre *integrar para desenvolver* ou *integrar para exportar*. Como assinalam Leonardo Granato e Ian Rebouças Batista (2018):

é necessário reconhecer que, assim como qualquer outra *política pública*, a integração regional não é um instrumento “neutro”, mas que acarreta visões, valores e crenças, nem sempre convergentes entre si, sobre os fatores que causam determinado problema (que busca ser solucionado através da *cooperação e integração*), e sobre o qual a melhor forma de resolvê-lo. Descrita sua natureza, afirmamos então que os processos de integração regional implicam disputas em

torno de conjuntos de ideias, de significados, que a sua vez constituíram determinados interesses, objetivos ou preferências. E, finalmente, aparecem as instituições que, [...] não são estruturas ou entidades “neutras”, mas portadoras de ideias e objetivos, são estruturas que pensam e atuam (GRANATO; BATISTA, 2018, sem grifo no original).

Em retrospectiva, a integração regional latino-americana e caribenha, especialmente da América do Sul, apresenta algumas etapas claramente definidas, conforme discutimos em Claudete Vitte (2022), mas sua dinâmica recente permite pensar em outras etapas ainda não consensuais entre os estudiosos.

A primeira etapa iniciou-se nos anos 1960 e foi derivada do ambiente *desenvolvimentista* da região fortemente influenciado pela CEPAL (Comissão Econômica da América Latina) que propugnava a industrialização da região por substituição de importações⁴.

A CEPAL defendia a necessidade da criação de um mercado comum no subcontinente como uma resposta às exigências de maior crescimento econômico da região, em associação às políticas nacionais de substituição de importações, já que o crescimento tornava-se arriscado em economias muito fechadas. Desta forma, a integração regional era vista como uma solução para atenuar as políticas protecionistas, um complemento à industrialização por substituição de importações, uma maneira de ampliar mercados nacionais e de suprir a ausência de concorrência nas políticas de desenvolvimento em curso (PAIVA; BRAGA, 2007).

Assim, naquele período, sob o patrocínio da CEPAL se defendia que a integração regional, além de contribuir com a ampliação do mercado consumidor, que passaria a ser em escala regional, poderia aumentar a diversidade de artigos e bens produzidos pelos países da região.

Em consequência desse estímulo cepalino, na década de 1960 ocorreu a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), com objetivos claramente econômicos. Essa Associação foi um marco importante, mas antes dela, no início do

⁴ Em Claudete Vitte (2022) discutimos um pouco mais aprofundadamente o papel da CEPAL na América Latina e Caribe, no que se refere ao incentivo à integração regional e ao desenvolvimento.

século XX, questões do equilíbrio no Cone Sul, por exemplo, eram preocupações no meio diplomático e alguns acordos e pactos foram tentados, indicando que tentativas de integração regional ou sub-regional, na verdade, não eram fenômenos recentes⁵. Assim, Peter Birle (2018) reforça e complementa essa visão, ao afirmar que:

durante mucho tiempo, el regionalismo latinoamericano se caracterizó en gran medida por los esfuerzos para reducir las barreras comerciales entre los países de la región. En la primera mitad del siglo XX, economistas como Alejandro Bunge (1880-1943) y Raúl Prebisch (1901-1986) desarrollaron planes de integración económica regional para superar los obstáculos al desarrollo nacional y regional. Como Secretario General de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (CEPAL) entre 1950 y 1963, Prebisch dio impulsos decisivos para la discusión teórica sobre el desarrollo en América Latina. Bajo su liderazgo, la CEPAL recomendó a los países de América Latina una estrategia de desarrollo basada en una combinación de industrialización de sustitución de importaciones e integración regional. Se esperaba que en la región surgiera un desarrollo económico equilibrado mediante la liberalización del comercio intralatinoamericano y la aplicación simultánea de una política proteccionista en relación con el comercio extrarregional. Eso también debería ayudar a fomentar la transformación estructural y crear capacidades productivas de las empresas industriales en la región. 'Cepalismo' requería un enfoque deliberadamente político del regionalismo (BIRLE, 2018).

Nos anos 1950 e 1960 era consenso que o desenvolvimento de países e regiões consideradas atrasadas se daria com o uso do *planejamento governamental*, com coordenação do Estado por meio da integração de sistemas produtivos nacionais e da convergência de políticas públicas. Este momento foi a fase da chamada *integração desenvolvimentista* (1940-1970), assim denominada por John Sloan (PALESTINI, 2017), fase na qual

⁵ Para maiores esclarecimentos sobre o contexto anterior aos anos 1960, ver SOUZA, 2012.

es posible distinguir un primer período de iniciativas fuertemente influenciadas por las ideas de la *teoría de la modernización*⁶ que entendía el desarrollo como la trayectoria de economías nacionales de base agrícola hacia economías industrializadas y de mayor capacidad tecnológica [... y que] se caracterizaban por la coordinación entre gobiernos y autoridades públicas nacionales y subnacionales a través de planificación centralizada, cooperación intergubernamental y, de ser posible, *supervisión supranacional* (PALESTINI, 2017, sem grifos no original).

Com a chegada dos anos 1970, a perspectiva de integração regional para a cooperação do desenvolvimento começou a sofrer desgaste. Iniciou-se a ascensão de *forças conservadoras* em diversos governos no mundo, o que acabou por reorganizar o cenário político mundial sob o modelo *neoliberal*, que substituiu o *keynesianismo* e o *desenvolvimentismo* que passaram por deslegitimação nos anos que se sucederam. Neste contexto, diversos países da região não ficaram imunes a esse modelo.

Assim, o período entre a segunda metade dos anos 1970 e início da década de 1980, caracterizou-se por um revés na integração, em contexto de crise econômica internacional e pelos efeitos do episódio conhecido como *Choque do Petróleo* (1973) que impactaram negativamente a economia mundial, especialmente a América Latina e Caribe.

Os anos 1980 foram anos de forte crise econômica que coincidiu com os processos de abertura democrática na América do Sul, com o fim das ditaduras militares na região. A partir de então, mas principalmente na década de 1990, muitos países adotaram ajustes estruturais em formato neoliberal, que resultaram no aprofundamento da centenária pobreza e apartação social na região. A preocupação com o planejamento do desenvolvimento de longo prazo, que tinha o Estado nacional como referência, após atingir seu auge entre os anos 1960 e 1970, foi sendo relegada ao esquecimento.

A ideologia desenvolvimentista, nos dizeres de Atilio Boron (2003), caiu em desgraça, em processo de decomposição teórica e prática frente à profundidade da crise agravada nos países da região pela “sangria financeira sem precedentes” ocasionada pela dívida

⁶ Para breve caracterização sobre a teoria da modernização, ver: FLEURY, Sônia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. FGV/Ebape, 2006. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACF1178.pdf>

externa; pelos desafios da redemocratização, com uma explosão de demandas sociais herdadas do passado, em especial das ditaduras militares, e pelo “clima ideológico mundial, dominado pelo paradigma neoconservador”, o que levou a adoção do receituário neoliberal (BORON, 2003), que pode ser resumido como uma significativa diminuição do papel do Estado, por privatizações, desregulamentações e abertura da economia.

Assim, a segunda etapa, a do *Regionalismo Aberto*⁷, iniciou-se na segunda metade dos anos 1980, sendo concomitante à crise do nacional-desenvolvimentismo e a crise econômica mundial. Naquele momento, a integração regional passou novamente a ser vista como uma alternativa para um novo ciclo de crescimento na região, mas em consonância com princípios do neoliberalismo (PAIVA; BRAGA, 2007).

Importante observar que o Brasil nem sempre considerou a América do Sul como um espaço potencial para ganhos por meio de uma agenda convergente com os países vizinhos. Porém, segundo Ricardo U. Sennes (2008), quando mudou de postura, passou a se beneficiar de inúmeras maneiras. Este mesmo autor (SENNES, 2008) nos lembra que

o Brasil sempre teve uma relação ambígua com o [sub]continente. Até os anos 1980 predominou um viés bastante negativo. Nossa relação econômica com a região era quase nula e [a usina hidrelétrica de] Itaipu, o único empreendimento significativo do país envolvendo um país vizinho. Praticamente não existia comércio. Nossas tarifas com os países da região sofriam uma pequena redução derivada dos acordos da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI), mas eram basicamente as mesmas que o Brasil praticava com outros países do mundo. [...] Foi na grave crise dos anos 1970 e 1980 que o país buscou fortalecer alguns laços com os países sul-americanos, começando pela Argentina. Esse processo foi lento e carregado de desconfiança (SENNES, 2008).

⁷ Segundo Gentil Corazza (2006, p. 146), o Regionalismo Aberto, “procura conciliar dois fenômenos: a crescente interdependência regional resultante dos acordos preferenciais e a tendência do mercado em promover a liberalização comercial. Ele quer conciliar as políticas de integração regional com as políticas que visem promover a competitividade internacional. Ou, ainda, procura combinar a liberalização comercial entre os parceiros do bloco regional com políticas de liberalização em relação a terceiros países, ou seja, [...] num contexto de regionalismo aberto, os acordos de integração podem servir como mecanismo para a adoção das regras internacionais”, em um claro direcionamento neoliberal, no nosso entender.

Após uma reviravolta histórica, as relações do Brasil com a região se intensificaram rapidamente, especialmente a partir no final dos anos 1980 e a América do Sul passou a representar no início do século XXI parcela importante de nossas exportações, majoritariamente com produtos de média e alta intensidade tecnológica, de forma que a integração regional beneficiou o país de inúmeras maneiras e fortaleceu por certo tempo a imagem do país como um polo dinâmico no mundo e como parceiro confiável (SENNES, 2008).

Paralelamente, as dificuldades econômicas eram extensivas a praticamente todos os países do subcontinente, com inflação e dívida externa crescentes, entre outros problemas. Havia certa instabilidade política com a redemocratização, após um período de governos autoritários. Esses eventos articulados favoreceram um *ambiente integracionista*, que foi impulsionado por políticas de abertura comercial, desregulação da economia e facilitação para investimento estrangeiro, resultando na liberalização e retirada do Estado de diversas atividades, inclusive a da precária área social, em países com legado de séculos de desigualdade.

Essa visão de regionalismo aberto, tributária do neoliberalismo, se tornou hegemônica nos anos 1990 impulsionada pelo *mainstream* econômico, que defendia que a responsabilidade pela crise econômica que assolava a América Latina e Caribe era das políticas nacionais desenvolvimentistas, adotadas por grande parte dos países da região entre as décadas de 1950 e 1970 (FIORI *apud* ESTEVES, 2008).

Assim, após os anos 1980, o Regionalismo Aberto foi a principal via de integração regional, pela qual diversos países buscaram “se projetar na nova realidade de um mundo multipolar, com crescentes mudanças na configuração territorial, tecnológica e política das forças produtivas” (PINTO, 2014).

Com a chegada dos anos 1990, essa década foi marcada por profundas mudanças políticas na maioria dos países do subcontinente, especialmente nos sul-americanos, conforme descreve Peter Birle (2018):

a más tardar con el comienzo de la crisis de la deuda⁸ en los años ochenta, el discurso desarrollista de la CEPAL entró en crisis. La CEPAL respondió revisando sus conceptos y, a partir de la década de 1990, propuso un concepto de “crecimiento con equidad”, que habla de la integración regional caracterizada por el “regionalismo abierto”. Si bien la doctrina original de la CEPAL había considerado medidas proteccionistas necesarias para proteger a las industrias nacionales contra el mercado mundial, la integración económica regional ahora se consideraba como un trampolín del cual uno podría rebotar en el mercado global. La CEPAL recomendó la reducción de barreras arancelarias y no arancelarias dentro de América Latina. La apertura al mercado global debería combinarse con el mantenimiento de ciertas preferencias hacia los socios comerciales regionales y subregionales. [...] Desde la década de 1990, la dinámica de la integración económica intralatinoamericana se ha visto cada vez más obstaculizada por procesos y negociaciones de cooperación con socios externos. En 1994, México, Canadá y los Estados Unidos firmaron el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN). En el mismo año, comenzaron las negociaciones sobre la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), alentada por los EE.UU. Poco después, comenzaron las negociaciones para la creación de un acuerdo de asociación entre la Unión Europea (UE) y Mercosur⁹ (BIRLE, 2018).

⁸ “Durante a década de 1970, o crédito barato e abundante estimulou o endividamento dos países latino-americanos. Esse dinheiro permitiu que fossem realizados grandes investimentos sem que as importações aumentassem. Esse cenário possibilitou que os países tivessem grandes taxas de crescimento econômico. No Brasil esse período é conhecido como ‘milagre brasileiro’. Apesar do grande crescimento econômico experimentado pelo México no final da década de 1970, a sua economia ainda era vulnerável e altamente dependente da economia estadunidense. Grande parte do comércio e financiamento eram realizados com o vizinho do Norte. Os problemas surgiram quando o governo estadunidense foi obrigado a aumentar substancialmente as suas taxas de juros, devido as crises do petróleo que haviam levado a inflação a níveis insuportáveis, provocando a primeira recessão do pós-guerra. A retração estadunidense provocou uma diminuição das compras de produtos mexicanos e na oferta de financiamento, juntou-se a isso a queda no preço das principais *comodities* exportadas pelo México. Este processo culminou com a interrupção dos pagamentos da dívida por parte do México no mês de setembro de 1982. A maioria dos países da América Latina foi afetada pela crise devido ao alto endividamento das suas economias. A dificuldade de acesso a financiamento externo decorrente da moratória mexicana provocou graves crises de liquidez nesses países. Essa época ficou conhecida como a ‘década perdida’”. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_da_d%C3%ADvida_externa_latino-americana. Acesso: 09/04/2016).

⁹ Lembrando que essas negociações entre Mercosul e União Europeia se concretizaram em um acordo em 2019, mas que até o momento da escrita deste trabalho praticamente nada havia avançado. Para maiores esclarecimentos, consultar: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-acordo-comercial-entre-mercosul-e-uniao-europeia,70002894201> e <https://exame.abril.com.br/economia/o-que-o-acordo-comercial-entre-mercosul-e-uniao-europeia-preve/>.

No início do século XXI, o desgaste do neoliberalismo, com crescente insatisfação social levou à uma mudança no cenário político da América do Sul, conforme explica Peter Birle (2018),

la insatisfacción de grandes sectores de las sociedades latinoamericanas con los resultados de las reformas neoliberales de los años ochenta y noventa, que proporcionaron estabilidad macroeconómica y crecimiento en muchos países, pero no produjeron mejoras sociales ni justicia distributiva, condujeron a un “giro hacia la izquierda” a comienzos del siglo XXI en la política latinoamericana. Sin embargo, los nuevos gobiernos fueron todo menos homogéneos. Algunos estaban más en consonancia con la socialdemocracia conservadora, otros combinaban políticas de estabilidad macroeconómica y políticas sociales progresivas, y otros proclamaban el “socialismo del siglo XXI”. El denominador común de los gobiernos de izquierda fue el rechazo de los dogmas neoliberales, el deseo de una mayor autonomía, especialmente hacia el poder hegemónico de larga data de los Estados Unidos, así como la búsqueda de más poder latinoamericano en el sistema internacional (BIRLE, 2018).

Observa-se que o regionalismo na América Latina e Caribe incorporou, ao menos na retórica, outras formas de cooperação e integração regional, para além das políticas comerciais, conforme nota Peter Birle (2018), mostrando a vitalidade do discurso integracionista naquele período:

el regionalismo latinoamericano en el siglo XXI se ha distanciado cada vez más de conceptos puramente económicos y se ha embarcado en nuevas formas de cooperación e integración regional. Esto es comprensible, ya que la regionalización transfronteriza ha aumentado en muchas áreas y plantea nuevos desafíos para los Estados-nación. Estos incluyen, por ejemplo, cuestiones ambientales, procesos de migración intrarregionales y problemas de seguridad. Mientras más estos desarrollos sean percibidos como desafíos comunes por parte de los gobiernos de la región, mayor será la probabilidad de que se realicen esfuerzos para desarrollar el regionalismo en estas áreas (BIRLE, 2018).

Assim, o fortalecimento na região de certo discurso integracionista com base no Regionalismo Aberto também saudava as afinidades culturais dos países, a consolidação da democracia após décadas de regimes autoritários e a necessidade de redução de

assimetrias socioeconômicas na América Latina e Caribe¹⁰ (ARAÚJO, 2011, sem paginação), mostrando certo amadurecimento e evolução no âmbito político, mas com orientação econômica inicial de base neoliberal.

Em suma, a partir dos anos 1990 e, principalmente no início do século XXI, os processos de integração foram adquirindo cada vez mais importância no mundo, com o NAFTA, a ampliação da União Europeia e com o surgimento de diversas organizações multilaterais e regionais, inclusive na América Latina e Caribe como o Mercosul (1991), a IIRSA (2000), a Alba (2004) a Unasul (2008), a Celac (2010), entre outras, sendo a criação do Mercosul um marco.

Pode-se, então, falar em uma nova fase do regionalismo latino-americano, a terceira delas, conforme sugeriu José Antonio Sanahuja (2014), ao discutir a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), mas que também é pertinente às outras organizações regionais. O autor observa que a partir de 2003 ocorreu “una reinterpretación del regionalismo que podría caracterizarse como “postliberal” por tratar de trascender el modelo del regionalismo abierto” vigente desde a década de 1990 (SANAHUJA, 2014).

O chamado *Regionalismo Pós-Liberal* intencionava tornar realidade os objetivos de autonomia nacional, projeção internacional, desenvolvimento econômico e social e de uma governança interna no subcontinente que, como lembra José Antonio Sanahuja (2014), “anima el regionalismo latinoamericano desde sus orígenes”, exprimindo também a diversidade, a complexidade e a heterogeneidade que caracterizam o regionalismo na América Latina e Caribe na atualidade. Assim, houve uma *repolitização* das relações exteriores, um *retorno* da política, com nítido foco em estratégias de desenvolvimento e com menor atenção à agenda comercial (SANAHUJA, 2014).

Especificamente na América do Sul, no novo século, novos temas ganharam centralidade no debate, certamente temas próprios de novas dimensões da integração:

¹⁰ A esse propósito, o âmbito regional será deslocado para América do Sul em meados nos anos 1990, de forma que houve a adoção por parte da Política Externa brasileira da visão que a América do Sul seria a área estratégica para os interesses nacionais e zona para a sua afirmação como potência emergente (ARAÚJO, 2011, sem paginação).

1) a integração física e da infraestrutura produtiva; 2) a agenda de segurança e defesa; 3) as migrações; 4) a integração produtiva; 5) e a necessidade de tratamento das assimetrias no subcontinente. São temas importantes e lidar com eles é fundamental para a cooperação em si e para a conexão entre os países do entorno (VIGEVANI; RAMANZINI, 2014). Neste dinâmico contexto do início do século XXI que foi institucionalizada a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) como será visto na sequência.

Por fim, cabe antecipar que vem emergindo, desde aproximadamente 2016, uma situação de *desmonte* do atual modelo de regionalismo latino e sul-americano, mas esta situação ainda carece de um delineamento mais claro, após as diversas mudanças econômicas e políticas no cenário regional, o que sinaliza uma possível quarta etapa.

A União das Nações Sul-Americanas (Unasul): seu surgimento, objetivos e temas relevantes de sua agenda

A Unasul (União das Nações Sul-Americanas) foi estabelecida em maio de 2008, quando da assinatura do seu Tratado Constitutivo em Brasília, congregando 12 países sul-americanos como membros: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela.

Buscando articular um espaço econômico e político sul-americano, o surgimento da Unasul se deu em um contexto de reconhecimento das diversidades dos países da América do Sul, almejando superar diferenças e incentivar a associação entre os países para tratar problemas comuns, ainda que em graus diferenciados, como a redução da pobreza e das desigualdades sociais, compromissos esses constantes no Tratado Constitutivo e que exigiram esforços para a construção de instrumentos que trouxessem confiabilidade nas relações entre os países-membros, mas que, ao mesmo tempo, fortalecessem a soberania e a autonomia nacional dos países-membros, ou seja,

“a ideia de *segurança regional* combinada com a *preservação da autonomia nacional dos Estados*” (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014, sem grifos no original).

Alguns temas novos eram motivo de preocupação entre os países e exigiam um papel coordenador por parte da Unasul, tais como “a absorção da iniciativa da IIRSA pela formação do Cosiplan [Conselho de Infraestrutura e Planejamento], assim como a formação do Conselho de Defesa Sul-Americano e o apoio à formação do Banco do Sul¹¹” (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR; 2014). A peculiaridade desta Organização, nos dizeres de Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Júnior (2014), era:

que o elemento que articula[va] as questões de segurança e defesa, integração da infraestrutura e financiamento da integração [era] a ideia de *autonomia nacional*, neste caso, articulada com a ideia de cooperação e integração setorial. Ou seja, os esforços de cooperação e integração relacionados com essas três dimensões fundamenta[ra]m-se no objetivo de fortalecimento da autonomia dos Estados, seja do ponto de vista de aumento das margens de manobra no sistema internacional, seja do ponto de vista de exercer efetivamente a soberania sobre o território nacional (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Marcelo Passini Mariano; Haroldo Ramanzini Júnior e Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (2014) entendiam a Unasul como “uma instituição de índole *intergovernamental*, que encerra[va] elementos de uma nova força não necessariamente articulada com a diplomacia, ainda que em alguns casos convergente com ela” e, diferentemente do Mercosul, “a Unasul surg[iu] num contexto onde os estados participantes apresentam orientações político-ideológicas diversas, havendo a necessidade de conciliar concepções diferenciadas a respeito do modelo de integração a ser construído” (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; ALMEIDA, 2014), ainda que muitos estudiosos a relacione com a chamada *Onda Rosa*¹². A partir deste objetivo invocado

¹¹ Cabe assinalar o empenho da Venezuela para a implementação do Banco do Sul, que seria um banco de fomento para financiar obras de infraestrutura na América do Sul. O convênio foi assinado em 2009 e tinha sido ratificado pela Venezuela, Equador, Argentina e Uruguai, sendo que o Brasil aguardava a tramitação no Congresso Nacional para ratificar sua adesão desde 2015. Para maiores esclarecimentos sobre este projeto de criação de um banco de desenvolvimento sul-americano, remetemos ao trabalho de ALVES; BIANCARELI, 2015.

¹² “A partir do fim da década de 1990 a América do Sul passou a vivenciar a ascensão ao poder de partidos de esquerda por meio do jogo democrático. No ano de 1998, Hugo Chávez subiu ao poder na Venezuela,

por esta Organização Regional, Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Júnior (2014) asseveram que

é relevante observar que o conceito de *integração regional*, diferentemente da *cooperação*, segundo parte da literatura, remete a um processo de transferência de lealdades das elites do Estado nacional para o âmbito regional. Em outras palavras, trata-se de uma dinâmica de transferência de parte das funções que eram desempenhadas pelo Estado para o âmbito regional [...], com conseqüente diminuição da margem de ação nacional autônoma. Argumentaremos que o que se observa na América do Sul e, em particular, na política brasileira é diferente. O fortalecimento do Estado continua a dar-se do ponto de vista de seu fortalecimento nacional e a autonomia é um elemento definidor da ação externa, sendo objeto de intensa discussão o seu grau de relativização. Em outros termos, na sociedade e nas elites não há consenso no que tange à transferência de funções para o âmbito regional, o que não é diferente do que acontece nos outros países da região (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014, sem grifos no original).

A criação da Unasul teve forte protagonismo do Brasil com iniciativas a partir do governo de Itamar Franco (1992-1994) e que foram continuadas nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)¹³ (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR; 2014).

em 2000 Ricardo Lagos foi eleito no Chile, em 2003 Lula chegou ao poder no Brasil, e o mesmo ocorreu com Néstor Kirchner na Argentina, em 2004 Tábaré Vázquez foi eleito no Uruguai, em 2005 Evo Morales foi eleito na Bolívia, em 2006 Rafael Corrêa ganhou as eleições no Equador, em 2008 Fernando Lugo ascendeu ao poder no Paraguai, dentre outros casos.[...] As características comuns dos novos governos – ‘defesa de políticas de inclusão social ampla’, ‘rejeição total ou parcial das experiências neoliberais’, “atuação internacional que buscava maior autonomia em relação a organismos internacionais” e ‘alternativas aos tradicionais parceiros político-econômicos’ – e a sua grande abrangência levou o fenômeno inédito na região a ser chamado, por alguns analistas, de onda rosa”. (ROCHA; MACIEL, 2016)

¹³ Em breve retrospectiva: “as primeiras iniciativas brasileiras contemporâneas que remontam ao tema deram-se no governo Itamar Franco. A primeira manifestação foi o anúncio da ideia de Associação de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa), em 1993, durante a VII Cúpula do Grupo do Rio. Tiveram continuidade anos depois, no segundo governo Cardoso, com a realização de cúpulas presidenciais sul-americanas em Brasília, em 2000, e em Guayaquil, em 2002. Em dezembro de 2004, na cidade de Cuzco foi realizada a Terceira Reunião de Presidentes da América do Sul, quando foi redigido um documento, conhecido como Declaração de Cuzco, que criou as bases para a Unasul. O projeto criado naquela reunião foi denominado Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações). Em 2007, durante a Primeira Reunião Energética da América do Sul, realizada na Venezuela, o nome foi modificado para Unasul. Em maio de

No que se refere à discussão sobre o grau de autonomia dos países, nos três primeiros lustros do século XXI houve um fortalecimento do papel estatal nos países do subcontinente, especialmente no Brasil, certamente uma marca dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil (com Lula da Silva e Dilma Rousseff), bem como de outros governos contemporâneos a esses, caracterizados por forte *ativismo presidencial*, especificamente no que dizia respeito à temáticas de integração regional¹⁴, e “com peculiaridades no que tange à mais clássica *diplomacia presidencial*” (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014, sem grifo no original), cabendo refletir se a Unasul em sua trajetória representou ou não uma nova dimensão da integração, “uma lógica que conseguiu[iu] compatibilizar o conceito de autonomia com o objetivo da cooperação e de aspectos setoriais de integração” (MARIANO, RAMANZINI JÚNIOR; ALMEIDA, 2014).

Uma questão crucial na análise de organizações regionais é observar a estrutura e os mecanismos de tomada de decisões que podem ser reveladores ou não da eficácia de uma Organização, no caso a Unasul.

Assim, a Unasul foi organizada segundo uma lógica dual, dividida em órgãos políticos e órgãos setoriais. Segundo o Itamaraty (2020), a mais elevada instância política desta organização era o Conselho de Chefes de Estado, “responsável por estabelecer mandatos específicos a serem executados tanto pelos demais órgãos políticos quanto pelos órgãos temáticos, além de aprovar todas as normas e textos jurídicos produzidos pelo bloco”. Em nível secundário ao Conselho de Chefes de Estado, encontravam-se o

2008, em Brasília, representantes dos 12 países assinaram um tratado para a criação da Unasul, que com este tratado, pass[ou] a ser um organismo internacional” (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

¹⁴ De acordo com Amanda Carolina Barrenengoa (2020), “con la estrategia de política exterior brasileña existieron todo un conjunto de áreas estatales que fueron en dirección a promover el desarrollo desde un modelo de acumulación que priorizó a determinados sectores del empresariado brasileño, producto de la confluencia entre políticas públicas y política exterior (BERRINGER, 2015; IGLESIAS, 2008). Esto consolidó una estrategia de expansión de empresas y fortalecimiento de grupos económicos para la inversión en infraestructura y desarrollo, que tuvo a la región suramericana y a otras zonas del mundo como plataformas para su consecución [...] como parte de la agenda de política exterior brasileña, la infraestructura fue una de las áreas que se constituyó en un objetivo estratégico compartido, primero con la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional de América del Sur (IIRSA) y luego con el Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) de la UNASUR. En este sentido, vista desde el punto de vista del desarrollo económico comercial, la materialización de sus objetivos de crecimiento a partir del territorio suramericano confirió ventajas comerciales para Brasil en relación al resto de los Estados de la UNASUR (ZIBECHI, 2012)” (BARRENGOIA, 2020).

VITTE, *Revisitando uma experiência em ruínas: um balanço da Unasul no lusco-fusco da atual fase do regionalismo latino-americano e caribenho*
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.402

Conselho de Ministros das Relações Exteriores e o Conselho de Delegados. Essa Organização possuía instâncias temáticas¹⁵, que incluíam conselhos de nível ministerial e outras instâncias de nível mais baixo, como grupos de trabalho (ITAMARATY, 2020¹⁶).

A busca da afirmação de um papel político e algumas controvérsias na institucionalidade da Unasul

Internamente à Unasul existiam diversos problemas. A despeito de sua atuação bem-sucedida no campo político por algum tempo, começou a ficar clara a sua debilidade institucional, com pouca representatividade internacional assumida pela Secretaria Geral e Presidência *pro-tempore*¹⁷ (cada país assumia, por período de um ano, a presidência da Unasul). Também a cada cúpula, a Organização tinha de lidar com grande número de presidentes, muito deles com seus *egos inflados* e muitas vezes com diferentes visões acerca de problemas variados.

Pairava, então, certa dúvida sobre a possibilidade de a Unasul vocalizar internacionalmente um único ponto de vista em temas relevantes do sistema internacional, bem como era evidente atitudes de oposição ou de desacordo por parte de alguns países membros a alguns temas que tinham relação com os EUA, resultando

¹⁵ Para garantir a implementação de uma agenda de trabalho extensa, a Unasul instituiu diversos conselhos, que são estruturas organizacionais para acompanhamento e coordenação das ações. Foram instituídos os seguintes Conselhos: Conselho Energético Sul-americano; Conselho de Defesa Sul-americano; Conselho de Saúde Sul-americano; Conselho de Desenvolvimento Social Sul-americano; Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento; Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas; Conselho Sul-americano de Economia e Finanças; Conselho Eleitoral da Unasul; Conselho Sul-americano de Educação; Conselho Sul-americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Sul-americano de Cultura; Conselho Sul-americano de Segurança, Cidadania, Justiça e Coordenação das Ações Contra a Delinquência Organizada Transnacional.

¹⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/20238-unasul>. Acesso em 09/02/2020).

¹⁷ O último secretário geral foi o ex-presidente colombiano Ernesto Samper Pizano. Segundo o sítio eletrônico da Unasul, “el Secretario General es el representante legal de la Secretaría General de UNASUR, no solicita ni recibe instrucciones de ningún Gobierno, ni entidad ajena al organismo”. Cabendo esclarecer, também de acordo como o sítio eletrônico da Unasul que esta organização estava “conformada por cuatro órganos que toman decisiones, de acuerdo a su nivel jerárquico: Consejo de Jefes y Jefes de Estado y de Gobierno; Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores; Consejo de Delegados y Delegadas y la Secretaría General” (Fonte: <http://www.unasursg.org/es/como-funciona-unasur>).

em falta de unanimidade ou de consenso entre os países membros em muitos assuntos (BERNAL-MEZA, 2013).

O autor acima mencionado (BERNAL-MEZA, 2013) advoga que a Unasul, certamente, poderia reagir contra um Estado sul-americano pequeno, tal como foi no caso da destituição do presidente Fernando Lugo do Paraguai em 2012, mas via como impensável a Organização se posicionar contra países de maior protagonismo na região, como a Argentina ou Venezuela, por exemplo (BERNAL-MEZA, 2013), o que se mostrou realidade posteriormente.

Elsa Llenderozas (2015), refletindo sobre as dificuldades da Unasul, apontou diversos aspectos que se configuravam como problemas nesta organização regional. Assim, além da escassa institucionalidade, aspecto assinalado por diversos outros autores, também deveriam ser observados os seguintes fatos: a Unasul não apresentava avanços concretos em diversos campos da integração regional, como mostram estudos sobre seus diversos conselhos temáticos; havia a superposição de esquemas de integração, principalmente com a Celac; era recorrente a falta de recursos para financiar iniciativas de integração, especialmente nas de infraestrutura, defesa e saúde, situação que foi piorando, na medida em que as crises econômicas de alguns países da região, em especial do Brasil, a principal economia da América do Sul, começaram a se manifestar com maior clareza (LLENDEROZAS, 2015).

Desta forma, Elsa Llenderozas (2015) asseverou ser a Unasul um *projeto inconcluso* de formação de uma identidade latino-americana e que possuía um *caráter defensivo e fechado de integração regional*, já que:

según sus directrices generales, la UNASUR se creó sobre una base de principios que son parte del acervo regional y constituye la estructura de ideas y valores comunes, presentes en las propuestas regionales de los últimos 70 años. Desarrollo, autonomía, integración, “patria grande” son ideas que fueron dando contenido al proyecto sudamericano. Esta entidad regional se construyó primeramente en base a una identificación geográfica, a la definición de un espacio sudamericano (que hace a la inclusión de Guyana y Suriname) y está anclada en el pensamiento de un proyecto inconcluso de unidad latinoamericana. Desde su comienzo, las decisiones y las prácticas le

dieron al proceso un carácter principalmente defensivo y cerrado (LLENDERROZAS, 2015).

Andrés Malamud (2014), em entrevista a Rogélio Núñez (2014), também opinou de forma crítica sobre o papel da Unasul como organização de integração regional. Ele defendeu que

la Unasur no es un proceso de integración, aun que la palabra esté mencionada em el tratado constitutivo. Su principio rector es el “irrestricto respeto a la soberanía, integridad e inviolabilidad territorial de los Estados”, y *soberania irrestricta es lo contrario de integración*. UNASUR constituye un foro de concertación política em el que estados soberanos dialogan y coordinan pero no se funden. Integración es fusión de soberanía: perder la capacidad de actuar sólo [...] Los verbos que utilizas lo expresan con claridad: busca, busca, busca, quiere. *Retórica, no integración*” (MALAMUD *apud* NUÑEZ, 2014, s/p, com grifos no original).

Assim, o modelo de estrutura institucional da Unasul, para além da retórica, desgastou sobremaneira a organização regional. Segundo Raúl Bernal-Meza (2013):

sin embargo, para consolidar la UNASUR no basta con un liderazgo sostenido ni con la mera voluntad política, frecuentemente débil y poco convincente, cuando no contradictoria, de los Estados miembros. Se requiere también una estructura institucional sólida y eficiente. En este marco, la consolidación de la UNASUR y del liderazgo brasileño em la región, como parte del proceso de consolidación de América del Sur como un polo relevante em el mundo, confronta una serie de retos, tanto políticos como institucionales (BERNAL-MEZA, 2013).

O quadro político-econômico no subcontinente em meados da década de 2010 não se colocava como favorável: havia instabilidade política causada por acusações de corrupção praticada por agentes públicos ou problemas de governabilidade em diversos países, como no Brasil, no Chile e na Argentina. Também havia uma deterioração de liberdades democráticas em países como a Venezuela e o Equador (LLENDERROZAS, 2015) e, assinala-se, mais recentemente, um crescimento de governos do espectro entre a centro-direita e extrema direita que muitas vezes têm se mostrado pouco afeitos a valores democráticos e à garantia de direitos humanos, em um subcontinente de democracia frágil e legado social secular.

O contexto geopolítico internacional também se transformava, com ascensão de novos protagonistas, como a China, cuja presença é cada vez mais efetiva, especialmente na América do Sul. Sobre isso, Amanda Carolina Barrenengoa (2020) assinala que

el acercamiento de China a nuestra región y la política exterior brasileña en relación a otras zonas del mundo, generaron resistencias en actores locales y extra regionales que alertaron sobre los impactos de la misma para con EE.UU. En el caso brasileño, generar alianzas y acuerdos en los planos diplomáticos, pero también económicos con países emergentes era visto como un cambio de prioridades. La Cooperación Sur-Sur y las políticas de integración suramericanas tuvieron sectores opositores que intentaron re direccionar la política exterior, por considerarla ideologizada. Este rasgo emergió con cada vez mayor fuerza en los discursos de los líderes que surgieron con posterioridad a los gobiernos lulistas, en tanto legitimación de sus nuevas agendas de política exterior, en su realineamiento con EE.UU., en detrimento de otras zonas del mundo. *Así, fue notable el giro en las políticas de integración y en la agenda de política exterior brasileña desde la destitución de Rousseff* (BARRENGOA, 2020, sem grifo no original).

A Unasul foi sofrendo desgaste causado pelas mudanças internas ao subcontinente e também externas a ele, ressentindo-se da falta de uma liderança regional carismática ou com legitimidade, fato que foi muito importante na primeira década do século XXI para legitimar a institucionalização desta organização regional. Como aponta Amanda Carolina Barrenengoa (2020), a Unasul por

ser un organismo intergubernamental dependiente del devenir de cierto presidencialismo predominante, los efectos de hechos como la repentina muerte de Néstor Kirchner en 2010, seguida de la de Hugo Chávez en 2013, junto con los conflictos en la política nacional brasileña que emergieron en el segundo gobierno de Dilma Rousseff, [...] fueron expresiones significativas del inicio del proceso de desaceleración y debilitamiento del bloque. Con una fuerte impronta política y dada su sujeción a los constantes recambios en las correlaciones de fuerzas al interior de los Estados, las coyunturas nacionales que los atravesaron contribuyeron en la pérdida de peso del organismo regional, dado cierto repliegue de los gobiernos hacia el interior de sus territorios (BARRENGOA, 2020).

Breves notas sobre o papel do Brasil na Unasul

VITTE, *Revisitando uma experiência em ruínas: um balanço da Unasul no lusco-fusco da atual fase do regionalismo latino-americano e caribenho*
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.402

Cabe considerar com relação à Unasul o papel protagonista do Brasil, maior economia sul-americana, país do qual sempre é esperado o desempenho de liderança política, bem como um papel proativo frente a problemas e no encaminhamento de soluções e, principalmente, protagonismo econômico em financiamentos.

Porém, na história recente da integração regional nem sempre o Brasil tem desempenhado esse papel, alternando certo ativismo com certo imobilismo, com pouca assunção de responsabilidades na esfera regional.

Politicamente, a pretensão de ampliar o protagonismo do Brasil na América Latina e Caribe foi se esvaindo, tanto na esfera regional como na política global, com o país assumindo uma postura cada vez mais reativa do que proativa. Entre as razões para essa mudança de papel, enumerem-se a conjuntura da crise econômica internacional e, principalmente, a política doméstica. Se os efeitos da crise econômica mundial de 2008 chegou, de certa forma, tardiamente ao país, eles se deram de forma muito intensa e com rápida deterioração dos fundamentos econômicos (expressos por indicadores como o PIB, geração de emprego, reservas cambiais, superávit etc.) (SARAIVA, 2016).

Indubitavelmente, houve forte desgaste do governo brasileiro enquanto liderança regional com a chamada *Operação Lava Jato*, uma das consequências dos efeitos de processos judiciais contra dirigentes de empresas de construção civil, as chamadas empreiteiras, acusadas de corrupção e pagamentos de propinas para políticos e funcionários de empresas estatais, tanto no Brasil como em alguns outros países da América do Sul¹⁸, com contrapartidas de recursos do banco brasileiro BNDES (Banco

¹⁸ Esclarecendo, segundo Pedro Henrique Campos (2019), “em 2014, foi deflagrada a operação Lava Jato, que consiste em uma série de investigações e operações judiciais, realizadas em uma parceria do Ministério Público Federal com a justiça e a Polícia Federal, apontando um sistema de fraudes em licitações, pagamento de propinas e financiamento de campanhas eleitorais por parte de empreiteiras brasileiras envolvidas com a Petrobrás e outras agências estatais. A operação atingiu algumas das maiores empreiteiras brasileiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão. Além disso, envolveu alguns dos principais partidos políticos do país (PT, PP, PSDB, PMDB etc.) e lideranças políticas dessas siglas. As investigações apontavam para indicação de diretores de empresas estatais, que beneficiavam algumas empreiteiras nas políticas desenvolvidas pelas autarquias e que retornavam com pagamento de propinas e financiamento de campanhas. [...] É importante ressaltar as diversas polêmicas envolvidas na operação. Trata-se de um conjunto de ações feitas por uma força-tarefa originada em

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)¹⁹. Tal cenário levou à “uma visível redução do ativismo regional” (SARAIVA, 2016) por parte do Brasil que em poucos anos passou por um revés na sua política externa, mas também em âmbito interno. Segundo a opinião da autora,

a tradição brasileira de não intervenção; as dificuldades do Brasil em construir uma liderança em um tema aonde há divergências; o fato de, frente a situações de crise na região, as lideranças do PT terem sido atores importantes do governo; e a falta de interesse da presidência da república em empenhar-se em construir um consenso substantivo, tem dificultado o exercício, por parte do Brasil, do papel de liderança (SARAIVA, 2016, p. 304)²⁰.

O governo Rousseff foi uma gestão a qual se imaginava que daria continuidade à política externa de seu antecessor, mas a difícil situação econômica que o país enfrentou, em especial no seu segundo mandato, foi uma das causas de diversas iniciativas regionais em andamento não terem sido concluídas. Some-se às dificuldades econômicas e de um ambiente político interno fortemente adverso, o fato da presidente Rousseff mostrar sua preferência pela solução dos problemas internos, com pouco

Curitiba e que se multiplicou nos diversos estados e repartições da justiça federal e Ministério Público com elementos de arbitrariedade e práticas de Estado de exceção. As acusações dos críticos da operação giram em torno dos seguintes itens: foram feitas escutas ilegais, divulgadas fartamente para a imprensa; o mecanismo da colaboração “premiada” parece ter sido usado deliberadamente para obter certos depoimentos de interesse dos condutores da operação, com características semelhantes processos de exceção; a operação teve um viés politicamente seletivo e que foi endereçada preferencialmente junto a certas siglas partidárias e agentes políticos relacionados principalmente à base dos governos Lula e Dilma” (CAMPOS, 2019).

¹⁹ Para maiores esclarecimentos, ver: ROUBICEK (2019).

²⁰ Após a saída de Dilma Rousseff da presidência da república, segundo o *site* de notícias UOL: “especialistas em relações internacionais entendem que a mudança de governo no Brasil e o tom adotado inicialmente pelo [então] ministro das Relações Exteriores José Serra, podem dificultar a formulação de consensos na região, mas não devem prejudicar as negociações bilaterais e o comércio com cada país latino-americano. ‘De todas as políticas de Estado, a política externa é a que mais demora para ter algum tipo de alteração’, afirma Reginaldo Nasser, professor de Relações Internacionais da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Muitas vezes, diz o pesquisador, divergências ideológicas não abalam as relações comerciais entre países. Ele cita como exemplo o período em que Venezuela e Estados Unidos mantiveram seus negócios mesmo com a forte polarização entre os então presidentes Hugo Chávez e George W. Bush. ‘Em política externa, há muito mais barulhos do que fatos’.... (Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/20/com-temer-e-serra-como-ficam-as-relacoes-do-brasil-com-a-america-latina.htm?cmpid=copiaecola>) .

interesse por temas externos. Também foi criada uma visão de alinhamento de seu governo com a ideologia bolivariana, sendo o seu governo um período no qual se confirmou a dificuldade do governo brasileiro em manter liderança em temas nos quais há divergências na Unasul (SARAIVA, 2016).

Após uma reconhecida liderança do Brasil na integração regional sul-americana no governo Lula da Silva, há um legado ainda a ser mais bem esclarecido da gestão Dilma Rousseff, que foi interrompida pelo *impeachment* de 2016, evento que alterou de forma decisiva os rumos do país, visto como vocacionado a ser líder regional. Em ponto de vista bastante crítico à situação do Brasil após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, com o mandato tampão de Michel Temer²¹ e eleição de Jair Bolsonaro em 2018, Evilázio Gonzaga Alves (2019) observa que

o Brasil vive uma situação [...] que somente se verifica em um país derrotado em uma guerra. A economia brasileira está destruída. O governo federal perdeu o controle sobre a maior riqueza nacional, o petróleo do pré-sal [...]. Todas as bases de uma economia moderna e competitiva – do ponto de vista de um país que ambiciona ter um papel de relevância mundial – estão sendo paulatinamente demolidos. O mercado interno está sendo destruído, a base industrial vai sendo empurrada à falência, a ciência é desprezada, a universidade sofre ameaças, a cultura teme ser banida, as forças armadas perdem a capacidade de defender o Brasil em uma guerra moderna e o setor desenvolvimentista do capitalismo brasileiro foi castrado no seu potencial de intervir na economia (ALVES, 2019).

²¹ Uma breve nota sobre o governo Michel Temer que sucedeu a Dilma Rousseff, após o *impeachment* de 2016: segundo o boletim *Congresso em Foco*, “se há um traço que une o heterogêneo governo [Michel] Temer é a condenação unânime ao chamado bolivarianismo, nome dado ao movimento político cujas bases ideológicas foram lançadas pelo falecido ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. ... No plano internacional, o Brasil de Lula e Dilma raramente foi visto como bolivariano. Mas manteve relações muito próximas com as nações associadas ao bolivarianismo (em especial, Venezuela, Bolívia e Equador). Tanto no PMDB de Temer quanto no PSDB de [José] Serra [posteriormente substituído por outro senador *tucano*, Aloysio Nunes], é unânime a avaliação negativa dessa política. Para ambos, o Brasil se apequenou e queimou oportunidades de incrementar as relações comerciais com os países mais ricos por preconceito ideológico. É essa aproximação com o mundo mais rico – sobretudo, com Estados Unidos e Comunidade Europeia, mas também com a China – que o novo governo deve buscar, de forma mais pragmática e tendo como principal objetivo ampliar os resultados comerciais” (Itamaraty mostra ao mundo que política externa já é outra. **Congresso em foco.** Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/itamaraty-administra-reacoes-contrarias-a-posse-de-temer/>, 14/05/2016).

Em suma, a conjuntura brasileira pós 2014²² afetou a sua tradicional política externa para o entorno, contaminando também a política de outros países da região, contribuindo para minar a credibilidade do processo de integração regional, mas do próprio país no mundo.

O colapso da Unasul e a criação do Prosul

A integração regional sul-americana (e latino-americana) revela que transformações históricas têm gerado “un complejo mapa de la integración latinoamericana con una arquitectura multinivel” ((AYUSO, 2016), resultante de interesses econômicos e propósitos geopolíticos e ideológicos que resultam em alianças variadas e estratégias de balanço de poder, de forma que algumas dessas organizações são mais liberalizantes, outras mais protecionistas (AYUSO, 2016).

Anna Ayuso (2016) também observa que com enfoque ora mais econômico ou ora mais político essas organizações regionais se apoiam em três pilares: consenso político, promoção de uma interdependência regional mais profunda e melhora nas interconexões.

Na América do Sul as organizações regionais apresentam uma marca peculiar, são instituições *presidencialistas*, com um “exacerbado intergovernamentalismo”, no qual as decisões importantes são tomadas por unanimidade e consenso em alto nível²³ (AYUSO, 2016).

²² O ano de 2014 marcou o início da Operação Lava Jato. Assim, “é importante sinalizar [...] a instrumentalização da bandeira do combate à corrupção na política brasileira [pela Operação Lava Jato] [...]. A operação foi usada para finalidades políticas e teve consequências eleitorais. Muitas “delações” foram liberadas e prisões foram feitas em pleno período eleitoral, de modo a gerar manchetes e incidir sobre o resultado do pleito. Os resultados dos sufrágios de 2016 e 2018 são representativos disso, dado que em 2014 a operação estava ainda no seu início. Vê-se também que a própria operação alimentou um certo discurso anti-Estado que ajudou a preparar um ambiente pró-privatizações, apesar de ela detalhar justamente o oposto, ou melhor, a escalada dos interesses empresariais sobre o Estado capitalista brasileiro (CARVALHO, 2018) ou, sob outros termos, o próprio perfil classista do Estado (CAMPOS, 2019).

²³ No mecanismo de tomada de decisão *por consenso*, que também é o empregado na OMC (Organização Mundial do Comércio), a ideia de consenso não significa unanimidade, mas, sim, ausência de oposição explícita de qualquer membro, o que é pouco comum acontecer, principalmente em ambientes polarizados, travando o encaminhamento de qualquer decisão. Assim, esse mecanismo provocou forte

Na Unasul havia o que se pode denominar de uma “Diplomacia de Cúpulas” (AYUSO, 2016), com crescente número de encontros de Chefes de Estados que “ha devaluado la importancia de esos encuentros, especialmente en el caso de organizaciones cuyos objetivos se relacionan con el *Soft Power* en el cual los resultados no son evaluables de forma inmediata”. Porém, para Anna Ayuso (2016), essas Cúpulas Sul-Americanas sofriam de *falta de concreteness* (AYUSO, 2016). Golpes *quase* fatais ocorreram em 2017, conforme explica Bruna Coelho Jaeger (2019) ao relatar que

a crise da UNASUL [...] que se inicia em janeiro de 2017 quando o então Secretário-Geral, Ernesto Samper, deixa o cargo em protesto ao impeachment de Dilma Rousseff, anunciando a ruptura democrática no Brasil. Desde então o órgão encontra-se sem comando efetivo. O Brasil já soma uma dívida de 12,5 milhões de reais pela falta de pagamento de sua contribuição compulsória (FOLHA, 2018). Dessa forma, a UNASUL está sem orçamento para pagar seus funcionários e manter sua sede, que inclusive foi tomada de volta pelo governo equatoriano devido à inatividade por qual passa a organização, cuja maioria dos conselhos não se reúnem há anos. A presidência pró-tempore está com o [então] Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Huanacuni, que logo após sua posse, em abril de 2018, culmina na suspensão voluntária de seis membros da organização: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. O bloco pediu sua retirada visando pressionar a organização a nomear um Secretário-Geral permanente, posto que, pelo regulamento interno, o cargo deveria ter sido assumido pela Argentina, que nomeara o embaixador José Octávio Bordón²⁴. Funcionando sob a lógica de decisão somente por consenso, o veto do nome de Bordón por parte de países com governos com orientação à esquerda – em especial a Venezuela – fez com que a UNASUL se rompesse ao meio. Em 10 de agosto, o ministro do Exterior da Colômbia, Carlos Holmes Trujillo, comunicou a decisão política do país de se retirar do bloco, uma promessa que Duque fez durante a campanha presidencial. O objetivo é claro: isolar a Venezuela de Maduro e também abrir caminho fácil para um novo projeto de ampla liberalização regional no estilo ALCA, com o mínimo esforço diplomático por parte dos Estados Unidos²⁵ (JAEGER, 2019).

corrosão na Unasul, por ocasião da escolha do sucessor do secretário-geral, o venezuelano Ernesto Samper em 2017.

²⁴ A alegação dos países vetantes era que o diplomata indicado pela Argentina não era um ex-presidente, como fora outros ex-secretários da Unasul, como Néstor Kichner e o próprio Ernesto Samper. Importante lembrar que não havia regra que estabelecesse que o Secretário da Unasul teria de ser um ex-presidente.

²⁵ À título de atualização, com o processo eleitoral para presidente da república previsto no Brasil para 2022, há chances possíveis de troca de governo e, na esteira das discussões de candidaturas, o debate

Não há dúvidas de que uma sucessão de processos interconectados explicam a crise que se abateu sobre a Unasul e sobre o regionalismo latino-americano e caribenho, contudo, um aspecto central refere-se à crise venezuelana derivada do governo de Nicolás Maduro como fator de instabilidade. Conforme Guadalupe González; Mónica Hirst; Carlos Luján; Carlos Romero; Juan Gabriel Tokatlian (2021) observam

sin lugar a dudas, la situación en Venezuela ha sido el epicentro de la crisis del regionalismo latinoamericano. La agenda regional se ha visto afectada por los efectos transfronterizos de la situación económica y social interna, la creciente polarización ideológica y su canalización política en la escalada de diferencias entre EEUU y el régimen venezolano. Desde el punto de vista interno, se viene observando un continuo movimiento de cierre político del gobierno de Nicolás Maduro, con fuerte impacto económico y social. En el último bienio, la crisis económica y la agravada crisis humanitaria en Venezuela, producto de la pobreza, el desempleo, la devaluación de la moneda local, la falta de inversiones y otros temas conexos, han provocado un crecimiento económico negativo y un empeoramiento de los indicadores sociales en el país. Más de cinco millones de venezolanos han emigrado y siguen saliendo, en un proceso que ha impactado de varias maneras en los países vecinos. Al mismo tiempo, se observa una creciente internacionalización de la crisis venezolana, en el marco de una situación estratégica cerrada entre el interés de EEUU y sus aliados regionales de no permitir la presencia política de potencias y poderes intermedios en la región, y la conformación de alianzas del régimen de Maduro con un número importante de potencias y países intermedios como China, Rusia, Turquía e Irán. Esta internacionalización, entretanto, no ha revertido favorablemente la situación de impasse disruptivo para reposicionar a la región en el

sobre possível retorno da Unasul, ganha relevância. Um exemplo desta discussão pode ser apreciado no artigo de opinião da Folha/UOL, escrito Guillaume Long e publicado em 22/04/2022, intitulado “A Unasul deve ser retomada? Brasil tem grande interesse geopolítico para maior integração entre os oceanos”. O autor do artigo reforça que “a Unasul, agora paralisada, nunca deixou de existir legalmente. Sete países saíram, mas cinco, não, e o tratado não especifica um número mínimo de membros para que a organização continue a existir. A Convenção de Viena sobre Direitos de Tratados, ratificada por todos os membros originais da Unasul, estipula que, em casos como este, a organização siga em vigor para os membros que nela permanecerem” (LONG, 2022). Assim, a organização está paralisada, mas não foi extinta. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/04/a-unasul-deve-ser-retomada.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo.

tablero de la política mundial (GONZÁLEZ; HIRST; LUJÁN; ROMERO; TOKATLIAN, 2021).

A Unasul apresentou problemas institucionais que foram reforçados pelo forte protagonismo de presidentes nas cúpulas com seus discursos, mas pouca ações efetivas a favor da integração regional em um primeiro momento e, posteriormente, algumas análises defenderam que a falta de lideranças carismáticas estava prejudicando a continuidade da organização, conforme a argumentação que “un factor clave [...] al proceso de vaciamiento regional [...] ha sido la ausencia de liderazgos regionales fuertes y propositivos con proyección de largo plazo y capacidad persuasiva” (GONZÁLEZ; HIRST; LUJÁN; ROMERO; TOKATLIAN, 2021), fato notável especialmente após 2010, contudo, um argumento passível de discussão. Também se assinale a recente perda de dinamismo na região, além de a falta de recursos para financiamentos de toda ordem, especialmente para infraestrutura.

Outro problema a ser assinalado é que se no século XX os países da região sul-americana tiveram a capacidade de resolver entre si seus conflitos internos, “construindo uma tradição jurídica e política de respeito à soberania e ao princípio de não-intervenção nos assuntos políticos internos”, [...] o modelo econômico prevalecente que perdura há séculos, ainda que com diferentes *roupagens*, com base agrário-exportadora, vem levando à “intensificação do uso dos recursos naturais [que] tem sido uma fonte de conflitos de alta intensidade política e social, opondo governos e empresas, de um lado, e movimentos ambientalistas e indígenas, de outro [... sendo] um vetor estrutural de conflito” (PLATAFORMA DEMOCRÁTICA, 2010), bem como diversos outros problemas que esse modelo adotado não foi capaz de superar e que torna a região muito conflituosa e fragilizada para se integrar.

No entanto, a despeito de todos esses problemas acima assinalados, a Unasul buscou construir uma identidade regional, considerando o pragmatismo ideológico e visando a flexibilidade comercial, lembrando que a construção de uma identidade

regional é importante porque permite o desenvolvimento de identidades mais amplas do que a identidade nacional e isso é um ganho civilizatório.

Se houve avanços na integração regional corporificada na Unasul, eles foram corroídos com as transformações no ambiente político sul-americano e com as dificuldades impostas pelos seus mecanismos de tomada de decisão, de forma que a Unasul se tornou, nos dizeres críticos de Dario Mizrahy (2018), “una ficción discursiva”.

Também é preciso registrar o surgimento de um novo arranjo regional que surgiu na América do Sul que se propôs a ser o legítimo sucessor da Unasul, o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul), uma iniciativa do então presidente colombiano, Ivan Duque. Em março de 2019, foi realizada uma Cúpula em Santiago para a institucionalização desta nova instância regional, vista como uma alternativa à Unasul (FERNÁNDEZ, 2019). Assim, segundo Aníbal García Fernández (2019),

la Declaración Presidencial sobre la Renovación y el Fortalecimiento de la Integración de América del Sur, también conocida como Declaración de Santiago, que crea PROSUR, fue firmada por los presidentes de Argentina, Mauricio Macri; Brasil, Jair Bolsonaro; Chile, Sebastián Piñera, Colombia; Iván Duque; Ecuador, Lenín Moreno; Paraguay, Mario Abdo Benítez, y Perú, Martín Vizcarra; a quienes se sumó el embajador de Guyana en Chile, George Talbot. De los países firmantes, Chile sostendrá la Presidencia pro tempore durante los próximos 12 meses y, luego, será Paraguay el país que la ostentará. Si bien no estuvieron representados por sus presidentes, Bolivia, Surinam y Uruguay participaron como observadores en las conversaciones que dieron lugar a la Declaración, aunque se abstuvieron de rubricar el acta (FERNÁNDEZ, 2019).

Os fundadores do Prosul são provenientes do chamado Grupo de Lima, motivados em dar continuidade à política de blocos regionais, buscando “institucionalizar a través de esta nueva instancia, y que, en definitiva, sigue la línea intervencionista que se viene promoviendo desde la Casa Blanca y que ha sido alentada en los meses pasados por los gobiernos de la derecha regional”, com a exclusão da Venezuela, considerada sem requisito para participar, entendida pelos demais membros como antidemocrática (FERNÁNDEZ, 2019). Sendo assim,

después de abandonar en bloque la UNASUR –una decisión que fue discutida en el marco de la VIII Cumbre de las Américas, celebrada en Lima entre el 13 y 14 de abril– los países del Grupo de Lima desarrollaron todo un andamiaje discursivo orientado a defenestrar la labor de este organismo, calificándolo de ineficaz en su función de coordinación intergubernamental. Por ello, la creación de PROSUR se erige bajo el presupuesto de la “infectividad” de la UNASUR para continuar siendo espacio de diálogo en la región. Sin embargo, en su argumentario, los creadores de la PROSUR obvian los logros de la UNASUR como garante, desde 2011, de la integración, diálogo y solidaridad regional, lejos de la geopolítica estadounidense (FERNÁNDEZ, 2019).

Aníbal García Fernández (2019) fez um esforço em vislumbrar o alcance geopolítico do Prosul. Ele argumenta que o

PROSUR es un tipo distinto de integración que va más allá de un simple foro; implica un reordenamiento geopolítico de la región y de largo alcance en temas de infraestructura, exportación de recursos estratégicos, apertura energética, acuerdos de libre comercio e inversión y seguridad. En este sentido, es clave que EE. UU. ya cuente con acuerdos comerciales bilaterales con varios de los miembros de PROSUR. [...] Finalmente, detrás de la creación de PROSUR está el último intento del Gobierno estadounidense de avanzar en el programa imperialista, vía la destrucción de las instituciones integradoras de bloques regionales que no le son afines (FERNÁNDEZ, 2019).

Essas breves notas sobre o Prosul visaram deixar registrada a existência dessa nova entidade regional que até o momento da escrita desse trabalho foi pouco relevante, cabendo aguardar os desdobramentos para a sua institucionalização ou para a confirmação de sua efemeridade²⁶.

²⁶ Uma nota conjuntural que aponta indícios sobre o futuro do Prosul: “ao final de 2021, o Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul) e a Aliança do Pacífico entraram no debate sobre as prioridades do novo governo [chileno] devido ao convite do ex-presidente chileno Sebastián Piñera (2018-2022) à Gabriel Boric para integrar a viagem que faria à Colômbia, em janeiro de 2022, para as cúpulas do Prosul e da Aliança do Pacífico. O Prosul foi rechaçado, sendo caracterizado por Boric como parte de uma “agenda própria” de Sebastián Piñera. De fato, o Prosul foi uma iniciativa majoritariamente impulsionada e desenhada por Sebastián Piñera em 2019, em um momento em que se projetava maior protagonismo internacional do Chile na região e no mundo (BORBA GONÇALVES, 2021). A postura de Boric sobre o Prosul reforça que 2022 será um ano-chave para definir os rumos desse foro, que pode terminar

À guisa de considerações finais

Neste trabalho foi esboçado os principais objetivos da Unasul, ressaltando, como objetivo central exercer o papel de fórum de diálogo político e de articulações estratégicas em alguns temas relevantes para os países da região, visando diminuir assimetrias e ampliar a democracia.

O contexto de emergência da Unasul, sua criação, objetivos e seu organograma de funcionamento foram tratados. Um aspecto captado na literatura consultada, especialmente em Mariano, Ramanzini Júnior e Almeida (2014) e em Vigevani e Ramanzini Júnior (2014), foi o fato de a Unasul ser uma Organização criada com a participação de países de orientações político ideológica diversas, ainda que no contexto da chamada *Onda Rosa*. Também foi observada a valorização da autonomia nacional pela Organização, de forma que não se propunha ser uma organização supranacional.

Pouco tempo após à sua criação, já se vislumbrava que a Unasul apresentava alguns obstáculos que dificultavam a sua efetividade. Como apontou Adilson Santana de Carvalho (2009), pouco tempo após a sua criação, a Unasul apresentava baixa institucionalidade, falta de coordenação econômica, baixa participação social, entre outras dificuldades, diagnóstico que se mostrou acertado no futuro da Organização.

E, a despeito da imagem de uma região super integrada, com diversos esquemas regionais, já em 2010, o experiente diplomata brasileiro, Rubens Barbosa, argumentava o contrário. Para ele, o cenário regional nunca estivera tão desintegrado como naquele momento, devido a atritos comerciais, rivalidades políticas, de forma que a integração regional ainda tinha um longo caminho a ser trilhado, em uma visão que destoava na época de alguns políticos e estudiosos.

esvaziado até dezembro se nenhum país sinalizar o interesse de exercer a Presidência *Pro Tempore* (PPT). [...] Se Lula da Silva for eleito em outubro de 2022, o Brasil sequer sinalizará interesse para exercer a PPT do Prosul, já que as prioridades seriam o Mercosul, União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Celac – e ressalta-se que Boric já afirmou ter vontade de trabalhar com Lula, se este sai vitorioso da eleição presidencial brasileira. Nesse cenário, o Prosul só poderia ser continuado se Guiana, Suriname e Peru sinalizam o interesse de assumir a PPT do foro” (GONÇALVES, 2022).

VITTE, *Revisitando uma experiência em ruínas: um balanço da Unasul no lusco-fusco da atual fase do regionalismo latino-americano e caribenho*
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.402

Foram elencados alguns de seus acertos, mas ressaltar principalmente alguns problemas identificados por variada literatura nos pareceu mais importante. Um dos problemas apontados na bibliografia consultada foi a debilidade institucional, na qual a rotatividade da presidência *pro tempore* e o mecanismo de tomada de decisão por unanimidade e por consenso dificultavam que decisões fossem efetivamente tomadas.

Também a pouca representatividade internacional da Unasul, com dificuldades em uma vocalização uníssona, por haver um quadro de diferentes pontos de vista, algumas vezes irreconciliáveis, o que resultava em uma disfuncionalidade.

Havia também alguns questionamentos sobre a real capacidade da Unasul em lidar com problemas importantes quando envolvessem os países de maior peso no cenário regional, como foi o caso da crise da Venezuela, ainda que nos países de menor projeção, como na deposição do presidente paraguaio Fernando Lugo, sua postura tenha sido de firmeza, como apontou Bernal-Meza (2013). Porém, no caso da deposição da presidente brasileira Dilma Rousseff não houve um direcionamento da Unasul, pois havia posições controversas entre alguns países membros e o então Secretário Geral, Ernesto Samper.

O caráter intergovernamental da Unasul era visto como um problema porque o bom funcionamento dependia da estabilidade dos governos e da vontade política dos governantes, em um subcontinente marcado historicamente por retrocessos políticos e estancamentos de processos de diversas ordens. Esperar que houvesse uma fase de longa estabilidade e de consenso político mostrou-se um equívoco, lamentavelmente.

Outro aspecto afeito à Unasul, mas também presente em outras organizações regionais era e é a existência no subcontinente de forte ativismo presidencial, com as imagens e as manifestações dos presidentes superexpostas, divulgadas em contexto de certo populismo midiático. Também havia uma Diplomacia de Cúpulas, exercida diretamente pelos presidentes quando em contato com outros Chefes de Estado ou de Governo, sendo um mecanismo que fazia parte do funcionamento da Unasul, assim como de outras organizações, e que também é uma situação de superexposição dos presidentes.

O ativismo presidencial algumas vezes pode se conflitar com a razão de ser de uma Organização Regional, onde se espera debates e busca de consensos no âmbito diplomático. Nas cúpulas da Unasul, muitas vezes, se verificava um comportamento visando uma projeção de imagem presidencial, de *lacrção*, como na gíria utilizada nas redes sociais, e menor esforço em busca de conciliação e consenso.

Como argumentou Elsa Lhenderrosas (2015), o projeto da Unasul era inconcluso, carecendo de uma perspectiva estratégica e uma projeção externa definida. De fato, o que se apontava como interesses estratégicos da Unasul muitas vezes eram pinçados das Políticas Externas dos principais países da região. Mesmo com relação ao *hegemon*, os EUA, havia relações distintas por parte dos países, dificultando a criação de uma imagem de unidade para o mundo.

Elsa Lhenderrosas (2015) defende a ideia, da qual compartilhamos, que as organizações regionais sofrem estagnação em vez de prosperarem em períodos de turbulências políticas e, acrescentamos, de crise econômica. A sua explicação foi dada nos termos do caráter intergovernamental que especialmente o regionalismo sul-americano possui, caráter esse que o faz depender da estabilidade dos governos, da sua solidez e principalmente de vontade política para avançar na integração. A autora acima assevera que “la historia de la integración regional en América Latina, nos muestra numerosos ejemplos de estancamiento o incluso de retroceso de mecanismos regionales ante escenarios de crisis políticas o económicas” (LLENDERROZAS, 2015).

O quadro político-econômico no subcontinente não tem estado favorável: tem havido instabilidade política causada por acusações de corrupção ou problemas de governabilidade no Brasil, no Chile e na Argentina e deterioração de liberdades democráticas em países como a Venezuela e o Equador (LLENDERROZAS, 2015).

Sendo assim, alguns temas poderiam ter sido mais bem discutidos e acordados, de forma que o hiperpresidencialismo e a forte e unânime defesa da autonomia nacional em detrimento da Unasul podem ter sido obstáculos que resultaram em paralisia decisória.

O papel do Brasil na Unasul também foi abordado, sendo mostrado que toda a proatividade brasileira desde os anos 1990, e principalmente nas gestões do presidente Lula da Silva, diminuiu nas gestões de Dilma Rousseff que passou a priorizar mais a política doméstica em detrimento da Política Externa e erodiu fortemente nos governos posteriores do Brasil. Assim, foram apontadas certas ambiguidades da liderança brasileira na integração regional e dificuldades financeiras como entraves ao pleno funcionamento das organizações regionais.

Ainda com relação ao papel do Brasil na Unasul, os problemas enfrentados pelo BNDES e pelas empreiteiras brasileiras relacionados à Operação Lava foram fatores que desgastaram a imagem do país e implicaram na redução de seu ativismo.

Apoiando-nos em argumentações de Miriam Saraiva (2016), o artigo mostrou que o esforço dos detratores do Partido dos Trabalhadores em *colar uma imagem bolivariana* no partido e seus governantes de certa forma foi bem-sucedido, afetando também a projeção internacional do país e enfraquecendo a posição brasileira de liderança isenta, associado ao fato do Brasil não ter sido capaz de agir como mediador de controvérsias em alguns momentos importantes.

Desta forma, a Unasul com seu modelo de organização presidencialista, seu mecanismo de tomada de decisão baseado no consenso e unanimidade e a chamada Diplomacia das Cúpulas afetaram a institucionalidade da Unasul, resultando na sua desagregação pouco tempo depois, cabendo a pergunta se esse seria um destino inevitável.

Considerando as organizações regionais das quais participam países latino-americanos e caribenhos, constata-se de uma *arquitetura regional multinível*, conforme propõe Anna Ayuso (2016), com esquemas regionais resultantes de alianças feitas em torno de interesses diversos e com formatos diversos.

Reforce-se a chamada *Diplomacia Presidencial* que, muitas vezes, *personaliza* os papéis dos países na Organização, como, de certa forma, a ALBA personificou o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Também o uso do mecanismo de tomada de decisão por unanimidade e consenso na Unasul e outras organizações da região, pois

quando há situações de divergências entre membros, pode haver uma paralisação do funcionamento ou uma não resolução, podendo levar a Organização ao colapso.

Assim, entraves políticos e *trancamentos* de pautas podem ser provocados por orientações políticas antagônicas, especialmente se não for um contexto de consenso como foi em parte na Onda Rosa, de forma que é fundamental que as organizações regionais possam continuar exercendo seus papéis, independente de quem são os presidentes e a tendência política majoritária, mas também de irem revendo seus objetivos e institucionalidade, se adequando aos desafios impostos pelo presente.

A maioria dos esquemas regionais latino-americanos que emergiu no século XXI não se mostrou operacional, sendo fortemente contestados por diversos atores, especialmente nos momentos de *viragem* política e de crises econômicas. São organizações que não criaram uma cultura de avaliar seus processos e resultados, o que certamente possibilitaria mudanças de rumos necessárias à manutenção e efetividade das organizações e a fragilização advinda das dificuldades com fontes de financiamentos para diversos projetos, ainda que capitais chineses estejam sendo oferecidos, cabendo maior clareza com relação aos custos futuros.

A América Latina e Caribe tem histórico de governos autoritários. A chegada do século XXI parecia encerrar essa tradição. No entanto, ameaças autoritárias estão sempre reemergindo e são tóxicas para o funcionamento das organizações regionais. Em uma região onde presidentes ameaçam não cumprir a Constituição do país, como visto algumas vezes na gestão presidencial brasileira de Jair Bolsonaro, e onde *espasmos* autoritários surgem com frequência em governos e certos grupos sociais, não é esperado que os governantes de *plantão* sejam leais aos tratados das Organizações regionais que participam.

Contudo, em um subcontinente com tantos problemas sociais e territoriais, ações conjuntas entre países podem ser uma alternativa na busca de soluções. Talvez seja caso de se pensar em outros formatos de integração regional para avançar, especialmente em uma pauta social e ambiental, duas agendas muito importantes e

talvez mais operacionais. No âmbito econômico é mais complexo, mas certamente há alternativas que podem ser discutidas com e por atores relevantes e acadêmicos .

Para além do papel político e econômico que as organizações regionais apresentam, elas podem ajudar na construção de uma identidade coletiva mais ampla do que a identidade local e nacional, reforçando um senso de solidariedade por abarcar outras dimensões e ajudar a atenuar as polarizações tão nefastas, em um exercício de construção de identidade e de pertencimento.

De forma pragmática, sobre a possibilidade de continuidade de esquemas regionais atuais, entendemos ser a CELAC a organização que indica ter maior possibilidade de sobrevivência, mesmo com a saída da organização do líder Brasil a partir do governo de Jair Bolsonaro. Talvez outras lideranças, como o México e a Argentina, ou mesmo um retorno do Brasil à essa organização após as eleições presidenciais de 2022, consigam dar a ela relevância, ainda que estejamos falando de um futuro ainda incerto com múltiplos desafios no cenário internacional e regional.

Há uma crise econômica que grassa na região, bem como no mundo capitalista, um agravante e uma preocupação para uma retomada de aproximação para cooperação regional. E a crise dificulta o aprofundamento dos processos de integração porque torna o cenário político mais instável, no sentido de ser mais difícil encontrar um ponto de equilíbrio para as diferentes demandas e interesses nacionais.

É preciso reconhecer que é problemático também os países participantes pactuarem certas medidas coletivas de âmbito regional que implicam em custos econômicos, quando há pressões internas aos países, oriundas de demandas eleitorais e de grupos de interesses que sofrem impactos da crise e lutam pela manutenção ou ampliação de interesses e direitos. É uma situação que favorece certos discursos anti-integração.

Assim, são muitos os desafios que a integração regional latino-americana e caribenha deverá lidar no futuro próximo. Neste contexto, cabem os questionamentos feitos por Roberto Bouzas (2017) ao final de sua análise:

¿cuáles son las perspectivas del regionalismo en América Latina y el Caribe? Como un ave Fénix, la integración regional renace periódicamente como un proyecto de importancia vital para la región. Pero ello ocurre, curiosamente, en el marco de los contextos internacionales más diversos. En efecto, como un traje apto para todas las medidas, la integración regional se presenta como una respuesta adecuada tanto frente a ambientes internacionales adversos como favorables. Si este es el caso ¿por qué la realidad ha estado tan acá de lo que dictaría la razón? Típicamente, la respuesta ha sido una frase de circunstancia: la “falta de voluntad política”. ¿Es esta explicación suficiente? ¿Ha cambiado algo que permita proyectar un futuro distinto para la integración regional en América Latina y el Caribe? [...] Los países de América Latina y el Caribe están en condiciones de extraer lecciones de la experiencia recogida durante el período del “nuevo regionalismo”, especialmente en lo relativo a la construcción de instituciones que promuevan la integración regional [...]. En efecto, como regla general en esa región del mundo, la integración *de facto* [na prática] precedió a la integración o armonización *de jure* [pela lei] (BOUZAS, 2017).

Uma questão importante a ser discutida é como repensar os projetos de integração latino-americanos no atual momento? Nicolás Comini (2018) nos ajuda a compor algumas questões relevantes atinentes ao momento atual e ao futuro da ordem regional latino-americana e caribenha e que nos parece congruente para finalizarmos esta reflexão deste tempo do mundo, atravessado por múltiplas crises, mas algumas possibilidades. Ele (COMINI, 2018) questiona:

está el futuro determinado? ¿es esperable mayor fragmentación? La respuesta a la primera pregunta es “no”, aunque las linealidades que emergen de las macro-teorías realistas propongan lo contrario. La segunda, en cambio, envuelve una enorme cantidad de problemáticas y dinámicas, por momentos superpuestas, por momentos complementarias. El pesimismo parece haber monopolizado los estudios sobre integración en América Latina. Razones para justificar tal estado de ánimo sobran. La proliferación de modelos de inserción comercial orientados a los países centrales y abocados a incrementar los flujos de inversión externa directa parecen situar a los esquemas regionales en una condición progresivamente marginal. Esto, en el marco de un contexto internacional hostil e inestable y de un

subcontinente en plena transición política, torna dificultosa cualquier proyección al respecto (COMINI, 2018).

Referências

- ALVES, Elia Elisa Cia; BIANCARELI, André Martins. Cooperação financeira e distintos projetos regionais: O caso do Banco do Sul. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 717-736, Dec. 2015.
- ALVES, Evilázio Gonzaga. A Lava Jato destruiu construtoras brasileiras para entregar bilionárias obras de infraestrutura do País às empreiteiras dos EUA. 2 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-lavajato-destruiu-construtoras-brasileiras-para-entregar-bilionarias-obras-de-infraestrutura-do-pais-as-empreiteiras-dos-eua>
- ARAÚJO, R. A presença do Brasil na América do Sul: integração regional e política externa brasileira em debate. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299684839_ARQUIVO_ApresencadoBrasilnaAmericadoSul-integracaoregionalepoliticaexternabrasileiraemdebate-ANPUHSP.pdf.
- AYUSO, Anna. El Espacio Iberoamericano en el Orden Global. In: SORIA, Adrián Bonilla; SAÉNZ, Stella; MORALES, María Fernanda (Eds.). **Iberoamérica: y el nuevo regionalismo**. San José (Costa Rica): FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/VF%20-%20Libro%20Iberoam%20E9rica%20y%20el%20nuevo%20regionalismo.pdf>.
- BARBOSA, Rubens. 50 anos de integração latino-americana. **O Estado de São Paulo**, 14 set. 2010. Disponível em: <<http://www.eagora.org.br/arquivo/imprimir/50-anos-de-integracao-latinoamericana>>.
- BARRENGOIA, Amanda Carolina. De la unidad suramericana a la fragmentación regional: contradicciones en la UNASUR a partir de las políticas de los gobiernos lulistas y las tensiones con las clases dominantes. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v.11, n.56, out./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/issue/view/4148/869>
- BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianzadel Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. **Ibero-online.de**, juni, 2013. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero Online 12.pdf>
- BIRLE, Peter. Cooperación e integración regional en América Latina: entre la globalización y la regionalización. In: Andrés Serbin (Editor). **América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial: Poder, globalización y respuestas**

- regionales. Barcelona: Icaria Editorial: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales – CRIES, 2018. Disponível em: <http://www.cries.org>.
- BORON, Atílio. El Estado y las “reformas del Estado orientadas ao mercado”: Los “desempeños” de la democracia em América Latina. In: KRAWCZYK, Nora. R. & WANDERLEY, Luiz E. (orgs.). **América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOUZAS, Roberto. El regionalismo en América Latina y el Caribe: ¿qué hay de nuevo? *Estudios Internacionales*. *Estudios Internacionales*, 49, 65-88, 2017. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/REI/article/view/47533>
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. **Revista Mediações**, Londrina, v. 24, n. 1, jan-jun2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39087027/Os_efeitos_da_crise_econ%C3%B4mica_e_da_oper%C3%A7%C3%A3o_Lava_jato_sobre_a_ind%C3%A9stria_da_constru%C3%A7%C3%A3o_pesada_no_Brasil_fal%C3%Aancias_desnacionaliza%C3%A7%C3%A3o_e_desestrutura%C3%A7%C3%A3o_produtiva
- CARVALHO, Adilson Santana de. **A evolução da política brasileira de integração regional: do Mercosul à Unasul**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- COMINI, Nicolás. Las alianzas latinoamericanas a la luz de las corrientes realistas de las Relaciones Internacionales: supuestos, contrapuntos y alternativas. In: Andrés Serbin (Editor). **América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial: Poder, globalización y respuestas regionales**. Barcelona: Icaria Editorial: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales – CRIES, 2018. Disponível em: <http://www.cries.org>
- CORAZZA, G. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496>.
- COUTO, L. F. Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. **Civitas**. Porto Alegre, vol 10, nº 01, janeiro-abril de 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/6794>.
- ESTEVES, T. de J. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista Ideas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, v. 02, n. 02, jul-dez, 2008.
- FERNÁNDEZ, Aníbal García. Un PROSUR para la desintegración regional. **Nodal** – Notícias de América Latina y Caribe. 25/03/2019. Disponível em:

<https://www.nodal.am/2019/03/un-prosur-para-la-desintegracion-regional-por-anibal-garcia-fernandez/>

GONÇALVES, Júlia de Souza Borba. O governo de Gabriel Boric e os horizontes da política exterior chilena. **Observatório Repri**. 11 de março de 2022. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2022/03/11/o-governo-de-gabriel-boric-e-os-horizontes-da-politica-externa-chilena/>

GONZÁLEZ, Guadalupe; HIRST, Mónica; LUJÁN, Carlos; ROMERO, Carlos; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Coyuntura crítica, transición de poder y vaciamiento latinoamericano. **Nueva Sociedad**, nº 291, enero-febrero 2021. Disponível em: www.nuso.org

GRANATO, Leonardo; BATISTA, Ian Rebouças. Mercosul à prova: estratégias e limites da integração regional periférica. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.3, n.1, Junho/2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rppi/article/download/36178/20414>

JAEGER, Bruna Coelho. Crise e colapso da Unasul: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora, 2019. **Conjuntura Austral**, [S.l.], v. 10, n. 49, p. 5–12, 2019. DOI: 10.22456/2178-8839.88358.

Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/88358>

LHENDERROSAS, Elsa: UNASUR: Desafíos geopolíticos, económicos y de política exterior. **Pensamiento Propio**, n. 42, julio-diciembre, 2015. Disponível em: <http://www.cries.org/?p=2997>.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo & ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. O Brasil e a Integração na América do Sul. Uma Análise dos Últimos Dez Anos (2003-2013). **Relações Internacionais**, no.41, Lisboa, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000100008&lang=pt

MIZRAHY, Dario. 5 claves para entender la crisis (¿final?) de la Unasur. **Infobae**. 28/04/2018. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2018/04/28/5-claves-para-entender-la-crisis-final-de-la-unasur/>

NÚÑEZ, Rogélio. ¿Hacia donde va Unasur? **Infolatam**, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.infolatam.com/2014/12/02/hacia-donde-va-unasur/> e em <http://diariodecaracas.com/blog/rogelio-nunez/hacia-donde-va-unasur>

PAIVA, Donizetti Leônidas de; BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica regional e desenvolvimento econômico: reflexões sobre a experiência latino-americana. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano IX, nº 16, dezembro de 2007. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/1016/794>.

PALESTINI, Stefano. La gobernanza regional del desarrollo en América del Sur (2000-2015). **Revista de Estudios Políticos**, 176, 2017. doi: <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.176.06>

VITTE, *Revisitando uma experiência em ruínas: um balanço da Unasul no lusco-fusco da atual fase do regionalismo latino-americano e caribenho*
Doi: 10.51308/continentes.v1i20.402

- PINTO, Rafael Cesar Ilha. Democratizando a Integração? Democracia e Representação Política no MERCOSUL (1985 – 2013). **Dissertação de Mestrado**. Rafael Cesar Ilha Pinto. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/249906184/Democratizando-a-Integracao-Democracia-e-Representacao-Politica-no-MERCOSUL-1985-2013>
- PLATAFORMA DEMOCRÁTICA. As dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na América Latina, diciembre, 2010. In: <http://www.plataformademocratica.org>.
- SANAHUJA, José Antonio. Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: alcance y perspectivas de Unasur e Celac. **Pensamiento Propio**, nº 39, ene-jun de 2014. Buenos Aires: CRIES. Disponível em: https://www.academia.edu/7274909/Enfoques_diferenciados_y_marcos_comunes_e_n_el_regionalismo_latinoamericano_alcance_y_perspectivas_de_UNASUR_y_CELAC.
- ROCHA, Pedro Diniz; MACIEL, Heitor Cardoso e. Os desafios à Onda Rosa na segunda metade da década de 2010: uma análise do cenário político sul-americano. **Conjuntura Internacional**. PUC Minas. 28/03/2016. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/03/28/os-desafios-a-onda-rosa-na-segunda-metade-da-decada-de-2010-uma-analise-do-cenario-politico-sul-americano/>
- ROUBICEK, M. BNDES de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. **Nexo Jornal** [07/10/2019]. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br>.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Estancamento e crise da liderança do Brasil no entorno regional. In: **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**, 2016. Edición Especial. Andrés Serbin (Coordinador). CRIES, Buenos Aires, 2016. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/03/017-saraiva.pdf>.
- SENES, Ricardo U. Desafios regionais na ordem do dia. **O Estado de S.Paulo**. 31 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/337447>
- SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas da integração. **OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 11, n. 1, 2012. Disponível em: www.revistaoidos.org
- VIGEVANI, Tullo; RAMAZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, vol.57 no.2. Rio de Janeiro April/June 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200008&lang=pt.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. Geopolítica e Relações Internacionais: as organizações de integração regional na América Latina. **Meridiano** - Revista de Geografia, v.2, p.31 - 52, 2013. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n2/02/>
- A institucionalidade da integração regional na América do Sul: O caso da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) In: PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos

Antônio Favaro (orgs.). **Dimensões da integração regional: uma perspectiva panorâmica**. 1 ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2018, v.1, p. 34-45. Disponível em: <https://1library.org/article/caso-da-unasul-uni%C3%A3o-de-na%C3%A7%C3%B5es-sul-americanas.gorpg3mq>

-----. América Latina: uma integração regional agônica? A institucionalidade da integração regional e alguns de seus principais desafios. **Revista Brasileira de Geografia (RBG)**, v.63, p.10 - 23, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/541711>

-----. *Think tanks* econômicos e o financiamento da infraestrutura produtiva na América do Sul como problema estrutural ao desenvolvimento no século XXI. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; ROCHA, André Santos da; SENHORAS, Elói Martins (organizadores). **Geografia e Relações Internacionais: Temas e Debates Contemporâneos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

Data de Recebimento: 22/09/2020

Data da Avaliação: 30/09/2022